



**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
4ª BRIGADA DE INFANTARIA LEVE DE MONTANHA  
(4ª Bda Estrt/1908)  
“BRIGADA 31 DE MARÇO”**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2023 – DALC  
(Processo nº 64301.007680/2023-85)**

**1. OBJETO**

1.1 O objeto da presente Chamada Pública é a locação de imóveis para sediar o Concurso de Admissão aos Cursos de Formação e Graduação de Sargentos no ano de 2023, conforme especificações abaixo:

Item	Descrição
1	<p>Locação de imóvel com: 41 (quarenta e uma) salas de aula com 50 (cinquenta) carteiras (lugares); 05 (cinco) salas de aula com 40 (quarenta) carteiras (lugares); 03 (três) salas de aula com 100 (cem) carteiras (lugares); 01 (uma) sala de aula com 65 (sessenta e cinco) carteiras (lugares); e 01 (uma) sala de aula com 25 (vinte e cinco) carteiras (lugares); 04 (quatro) Salas de Apoio a equipe da CAF e de Saúde, perfazendo o total de 55 (cinquenta e cinco) salas de aula para atender o total de 2.600 (dois mil e seiscentos) candidatos aproximadamente. As salas devem estar no mesmo complexo estudantil.</p> <p><b>= A unidade escolar deverá disponibilizar um responsável pela unidade e um eletricista/bombeiro hidráulico que ficará a disposição do Presidente da CAF. Os custos das diárias dos profissionais deverão ser inclusos no valor da locação.</b></p>

**2. FONTE DE RECURSO**

2.1. As despesas para atender esta Chamada Pública está programada em dotação orçamentária de 2023 a seguir descrita, a fim de atender as necessidades da 4ª Brigada Infantaria Leve de Montanha.

Gestão/ Unidade: 00001

Fonte: 1050000142

Programa de Trabalho: 171502

Elemento de Despesa: 339039

PI: C1ENCONDETM

Diretoria: DECEEx

Gestão: 167111

Nota de crédito: 2023NC000449, DE 27 JUN 23; e

Emissão: 27 JUN 23.

### 3. DO FUNDAMENTO LEGAL

3.1. A locação obedecerá ao disposto na Lei nº 14.133/2021, que normativa as licitações e contratos da Administração Pública, orientações da Advocacia-Geral da União, disposições contidas na Lei nº 8.245, de 18/12/1991, que *“Dispõe sobre as locações dos imóveis urbanos e os procedimentos a elas pertinentes”*, no Decreto nº 7.689, de 02/03/2012, que *“Estabelece, no âmbito do Poder Executivo federal, limites e instâncias de governança para a contratação de bens e serviços e para a realização de gastos com diárias e passagens”*, no Decreto nº 8.540, de 10/10/2015, que *“Estabelece, no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, medidas de racionalização do gasto público nas contratações para aquisição de bens e prestação de serviços e na utilização de telefones celulares corporativos e outros dispositivos”*, na Portaria do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão nº 249, de 13/06/2012, que estabelece normas complementares para cumprimento do Decreto nº 7.689/2012, bem como ao estipulado neste Edital.

### 4. JUSTIFICATIVA PARA CONTRATAÇÃO

- 4.1. A contratação pretendida justifica-se pela necessidade de sediar o Concurso de Admissão aos Cursos de Formação e Graduação de Sargentos 2024 a ser realizado no dia 8 de outubro de 2023, a fim de comportar aproximadamente 2.600 (dois mil e seiscentos) candidatos inscritos e o efetivo de militares da Comissão de Aplicação e Fiscalização (CAF).
- 4.2. O concurso será realizado, atendendo o protocolo de medidas sanitárias para a realização dos concursos de admissão do Sistema DECEEx.
- 4.3. O Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha é uma Organização sede para realização do concurso da ESA, e ainda, com a exclusão da sede de São João Del Rei/MG todos candidatos daquela cidade foram passados para sede em Juiz de Fora/MG. Todavia, é imperioso informar que as Organizações Militares de Juiz de Fora não tem capacidade de absorver os candidatos para realizar o concurso, tendo muita restrição de espaçamento.
- 4.4. Como forma de seguir o parecer jurídico emitido pela CJU-MG/AGU no ano de 2020, PARECER nº 01207/2020/CJU-MG/CGU/AGU, houve por bem realizar a presente chamada pública para a locação dos imóveis que sediarão as provas do concurso da ESA/2023.

## 5. DAS ESPECIFICAÇÕES DO IMÓVEL

5.1. Os requisitos obrigatórios e desejáveis do Imóvel são:

**5.1.1.** Locação de imóvel com: 41 (quarenta e uma) salas de aula com 50 (cinquenta) carteiras (lugares); 05 (cinco) salas de aula com 40 (quarenta) carteiras (lugares); 03 (três) salas de aula com 100 (cem) carteiras (lugares); 01 (uma) sala de aula com 65 (sessenta e cinco) carteiras (lugares); e 01 (uma) sala de aula com 25 (vinte e cinco) carteiras (lugares); 04 (quatro) Salas de Apoio a equipe da CAF e de Saúde, perfazendo o total de 55 (cinquenta e cinco) salas de aula para atender o total de 2.600 (dois mil e seiscentos) candidatos aproximadamente.

**5.1.2.** Carteiras com espaçamento de no mínimo 01(um) metro;

**5.1.3.** Mínimo de 06 (seis) Banheiros, para ser usados pelos candidatos e militares da Comissão de Aplicação e Fiscalização (CAF);

**5.1.4.** Mínimo de 01 (uma) Copa para alimentação dos aplicadores/fiscal e militares da Comissão de Aplicação e Fiscalização (CAF);

**5.1.5.** Estacionamento para militares da Comissão de Aplicação e Fiscalização (CAF) caso existir;

5.2. O imóvel deverá estar totalmente em condições de operação e adaptado aos padrões exigidos neste Edital e ao constante da proposta apresentada pela proponente escolhida.

## 6. DA APRESENTAÇÃO E SELEÇÃO DA PROPOSTA

6.1. **As propostas serão recebidas até as 08:00 horas (horário de Brasília), do dia 03/08/2023**, na Seção de Licitações da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, no endereço: Rua Mariano Procópio nº 970 – Bairro Mariano Procópio – Juiz de Fora/MG, CEP: 36.035-780, pessoalmente ou enviada tempestivamente por via postal, em envelope lacrado e identificado da seguinte forma: “Seção de Licitações da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha – Proposta para Locação de Imóvel – Chamada Pública nº 003/2023 – DALC”.

**6.1.1.** Não será considerada proposta protocolizada após a data e horário limites constantes do item 6.1 acima.

6.2. A proposta deverá ser apresentada sem emendas, rasuras, correção (corretivo líquido e outros) ou entrelinhas.

6.3. A proposta deverá estar assinada pelo proprietário ou seu representante, desde que possua poderes para tal.

6.4. A proposta deverá ter validade de 60 (sessenta) dias. Não havendo indicação, será considerada como tal.

6.5. A proposta poderá seguir o modelo previsto no Anexo II deste edital, como sugestão para a participante.

6.6. Será classificada a proposta que for oferecida com o menor valor total do item 01, conforme as quantidades de salas no referido item.

6.7. A análise e seleção da proposta será realizada pela Comissão Permanente de Licitação do Cmdo 4ª Bda Inf L Mth.

## **7. CONTRATAÇÃO EM CASO DE APROVEITAMENTO DO CHAMAMENTO PÚBLICO**

7.1. Após o resultado do presente chamamento público, será iniciado o processo de locação de imóvel, desde que o preço de locação esteja compatível com o mercado.

7.2. Caso se encontre apenas um imóvel em condições de atender o Cmdo 4ª Bda Inf L Mth, a Administração poderá optar pela inexigibilidade de licitação; em caso de mais de um imóvel em condições de atender o Cmdo 4ª Bda Inf L Mth, a Administração poderá optar pela contratação por dispensa de licitação, em estando presentes os requisitos previstos na Lei nº 14.133/2021.

7.3. A celebração do contrato deverá ocorrer em até 5 (cinco) dias contados na data de recebimento da nota de empenho pelo proponente.

7.4. O imóvel deverá ser definitivamente entregue ao Locatário no dia anterior à prova para que a Comissão da CAF possa mapear e preparar o local para receber os candidatos após a assinatura do contrato e conforme calendário de prova.

**7.4.1.** O contrato de locação terá os seus efeitos financeiros iniciados a partir da entrega definitiva do imóvel, pronto para uso pelo Cmdo 4ª Bda Inf L Mth - OMSE.

**7.4.2.** Para assinatura do contrato, serão exigidos os documentos abaixo listados, além daqueles que comprovem a regularidade fiscal de acordo com a sua constituição jurídica:

**7.4.2.1.** Certificado de regularidade do FGTS,

**7.4.2.2.** Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal/INSS

**7.4.2.3.** Certidão Conjunta Negativa de Débitos Trabalhistas;

**7.4.2.4.** Cópia do RG e CPF do responsável pela assinatura do contrato;

**7.4.2.5.** Consulta do Cadastro Informativo de Créditos Não-Quitados - CADIN;

**7.4.2.6.** Certidão Consolidada do TCU emitida no sítio <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>; e

**7.4.2.7.** Declaração de que não emprega menor de idade (Anexo V).

## **8. DO RECEBIMENTO DO IMÓVEL**

8.1. O imóvel deverá ser provisoriamente entregue mediante a disponibilização das chaves no prazo acabado, salubre, em perfeitas condições de funcionamento, para avaliação preliminar pelo Presidente da Comissão da CAF.

**8.1.1.** No ato de entrega, o imóvel deverá apresentar, no mínimo, as condições previstas no item 5.1 do Edital e na proposta da proponente.

8.2. Confirmadas as condições descritas nos itens 8.1. e 8.1.1 acima, será emitido o Termo de Recebimento Definitivo do Imóvel pelo Cmdo 4ª Bda Inf L Mth, observado o disposto no subitem 7.4 deste Edital.

## **9. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES**

9.1. São obrigações e responsabilidades da proponente adjudicatária:

**9.1.1.** entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins que se destina, observadas as necessidades antecipadas pelo Cmdo 4ª Bda Inf L Mth;

**9.1.2.** garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

**9.1.3.** manter, durante a locação, a forma e a destinação do imóvel;

**9.1.4.** responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

**9.1.5.** fornecer ao Cmdo 4ª Bda Inf L Mth, caso solicitado, descrição minuciosa do estado do imóvel, quando de sua vistoria para entrega, com expressa referência aos eventuais defeitos existentes.

**9.1.6.** resolver problemas estruturais que o imóvel apresente, bem como aqueles que dificultem as condições de habitabilidade predial;

**9.1.7.** manter, durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas para a celebração da avença;

**9.1.8.** indicar preposto para, se aceito pelo Cmdo 4ª Bda Inf L Mth, representá-la na execução do contrato decorrente deste Edital,

**9.1.9.** fornecer ao Cmdo 4ª Bda Inf L Mth lista de itens/elementos discriminados que compõem a edificação para fins de vistoria inicial das condições das instalações do imóvel, anterior à ocupação, e que constará anexada ao Termo de Recebimento Definitivo.

**9.2.** São obrigações e responsabilidades do Cmdo 4ª Bda Inf L Mth:

**9.2.1.** pagar o aluguel e os encargos da locação exigíveis;

**9.2.2.** servir-se do imóvel para uso convencionado ou presumido, compatível com a natureza deste e com o fim a que se destina, devendo conservá-lo como se seu fosse;

**9.2.3.** restituir o imóvel, no estado em que o recebera, salvo deterioração decorrente de seu uso norma, findo o prazo locatício e precedido de prévio e manifestado desinteresse na prorrogação;

**9.2.4.** comunicar à proponente adjudicatária qualquer dano ou defeito cuja reparação a este incumba, bem como as eventuais turbações de terceiros;

**9.2.5.** realizar a imediata reparação de danos causados no imóvel, ou nas suas instalações, provocadas por si e/ou seus visitantes;

**9.2.6.** não modificar a forma externa ou interna do imóvel sem o consentimento prévio e por escrito da proponente adjudicatária;

**9.2.7.** entregar imediatamente à proponente adjudicatária os documentos de cobrança de tributos, bem como qualquer intimação, multa ou exigência de autoridade pública, ainda que lhe direcionada;

**9.2.8.** permitir a vistoria do imóvel pelo locador ou por mandatário, mediante prévia combinação de dia e hora, bem como admitir que seja visitado e examinado por terceiros, na hipótese prevista no art. 27 da Lei nº 8.245/1991.

## **10. FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO**

**10.1.** O Presidente da CAF designará uma comissão para recebimento do imóvel, acompanhamento e fiscalização da locação objeto deste Edital, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução das falhas ou defeitos observados.

**10.2.** As decisões e providências que ultrapassem a competência do representante deverão ser solicitadas a seus superiores em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

## **11. DA VIGÊNCIA E DA PRORROGAÇÃO DO CONTRATO**

11.1. Para assinatura do contrato deverão ser observados os critérios documentais, operacionais, funcionais e de manutenção e conservação do imóvel, conforme previsto neste Edital.

11.2. O contrato decorrente da locação terá vigência de 2 (dois) dias, contada da data da assinatura, não podendo ser prorrogado.

## **12. DO PAGAMENTO**

12.1. As despesas decorrentes da locação correrão à conta da dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento da União para o exercício de 2023, conforme nota de crédito recebida.

12.2. O Cmdo 4ª Bda Inf L Mth pagará o valor do aluguel à proponente adjudicatária, sendo este valor já incluso as taxas de consumo referentes a energia elétrica e água, não cabendo ao Locador a cobrança extra dos referidos consumos.

## **13. ANEXOS**

13.1. Constituem anexos deste Edital, dele fazendo parte integrante:

**13.1.1.** ANEXO I – Minuta do Contrato de Locação de Imóvel;

**13.1.2.** ANEXO II - Modelo de Proposta;

**13.1.3.** ANEXO III - Modelo Credencial;

**13.1.4.** ANEXO IV - Modelo de Termo de Acordo (tributos e encargos acessórios);

**13.1.5.** ANEXO V – Modelo de declaração de que não emprega menor de idade nos trabalhos; e

**13.1.6.** ANEXO VI – Projeto Básico.

Juiz de Fora, MG, 24 de julho de 2023.

**MARCELO DE SOUZA COSTA – 2º Ten**  
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

**MARCO AURÉLIO GUIMARÃES CÂMARA – ST**  
Adjunto da Comissão Permanente de Licitação

**RENATA VALVERDE DE OLIVEIRA GARBERO - 3º Sgt**  
Secretária da Comissão Permanente de Licitação

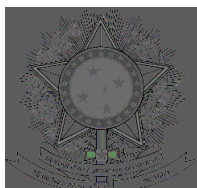
Aprovação do Edital de Chamada Pública:

Com fulcro nos caput dos art. 2º e 50º da Lei nº 9.784/1999, que regula o processo administrativo no âmbito federal, em observância ao princípio da motivação, aprovo o presente Edital e seus anexos, ratificando o seu conteúdo, em decorrência da abertura da CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2023, para Locação de Imóvel, conforme disposições contidas na Lei nº 8.245, de 18/12/1991, em proveito do Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha.

Juiz de Fora, MG, 24 de julho de 2023.

**UBIRAJARA PANIZZI DE SOUZA – Cel**  
Ordenador de Despesa da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha





**MINISTÉRIO DA DEFESA  
EXÉRCITO BRASILEIRO  
4ª BRIGADA DE INFANTARIA LEVE DE MONTANHA  
(4ª Bda Estrt/1908)  
“BRIGADA 31 DE MARÇO”**

**CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2023 – DALC  
(NUP 64301.007680/2023-85)**

**PROJETO BÁSICO Nº 006/2023 – DALC**

**1. OBJETO**

1.1. Contratação de Instituição de Ensino para a locação de imóvel a fim de sediar o Concurso de Admissão da Escola de Sargentos (ESA)/2023, na cidade de Juiz de Fora/MG, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	Unidade de Medida	Quantidade Imóvel
1	Locação de imóvel com: 41 (quarenta e uma) salas de aula com 50 (cinquenta) carteiras (lugares); 05 (cinco) salas de aula com 40 (quarenta) carteiras (lugares); 03 (três) salas de aula com 100 (cem) carteiras (lugares); 01 (uma) sala de aula com 65 (sessenta e cinco) carteiras (lugares); e 01 (uma) sala de aula com 25 (vinte e cinco) carteiras (lugares); 04 (quatro) Salas de Apoio a equipe da CAF e de Saúde, perfazendo o total de 55 (cinquenta e cinco) salas de aula para atender o total de 2.600 (dois mil e seiscentos) candidatos aproximadamente.	Un	01

1.2. O objeto da licitação tem a natureza de serviço comum, no presente caso **LOCAÇÃO DE IMÓVEL**.

1.3. Os quantitativos dos itens são os discriminados na tabela acima.

1.4. A presente contratação adotará como regime de execução *Empreitada por Preço Global*.

1.5. O contrato terá vigência pelo período de 03 (três) dias, não podendo ser prorrogado.

## **2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Justificativa e objetivo da contratação encontram-se pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Projeto Básico.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO:**

3.1. A descrição da solução como um todo, encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

## **4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E FORMA DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

4.1. Trata-se de serviço comum, não continuado, a ser contratado mediante a realização de uma Chamada Pública.

4.2. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.3. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

## **5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Instituição de ensino (Escolas ou faculdades) com salas de aula para locação do imóvel, a fim de realização do Concurso de Admissão ao Curso de Formação e graduação de Sargentos/2023;

5.1.2. A locação inicia-se no dia 7 de outubro e termina no dia 8 de outubro de 2023, portanto, apenas 02 (dois) dias;

5.1.3. Não se aplica ao presente caso a transição gradual com transferência de conhecimento, tecnologia e técnicas empregadas, pois trata-se de apenas uma locação de imóvel;

5.1.4. Na guarnição de Juiz de Fora/MG, existem alguns imóveis públicos como por exemplo a UFJF e algumas escolas municipais, contudo, conforme consulta à Prefeitura de Juiz de Fora e a própria UFJF, não há disponibilidade de imóvel no dia do concurso da ESA, o que leva a realização da presente Chamada Pública. Cabe ressaltar que foi consultada a Secretaria de Patrimônio da União (SPU) e a mesma respondeu que não tem imóvel disponível para tal situação.<sup>1</sup>

5.2. Além dos pontos acima, o adjudicatário deverá apresentar declaração de que tem pleno conhecimento das condições necessárias para a prestação do serviço como requisito para celebração do contrato.

## **6. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE**

6.1. Os critérios de sustentabilidade são aqueles previstos nas especificações do objeto e/ou obrigações da contratada e/ou no edital como requisito previsto em lei especial, ficando responsável pela limpeza e descarte de todo o lixo produzido, o Presidente da CAF e demais militares participantes do concurso. Todo o lixo será descartado em local apropriado e todas as instalações serão limpas e entregues nas mesmas condições de recebimento.

## **7. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

7.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

7.1.1. Uma vez tendo sido selecionado a instituição educacional que irá locar seu imóvel para a realização do Concurso, o Presidente da CAF e demais membros, definirão as salas a serem utilizadas e todo a organização do evento;

7.1.2. Os militares escalados para a aplicação e fiscalização das provas do Concurso, desempenharão seus trabalhos nas diversas salas da faculdade e/ou escola, nos horários e dias definidos pelo Presidente da CAF da ESA;

7.1.3. Os dias de utilização do imóvel será dia 7 e 8 de outubro de 2023, ou seja, o treinamento e o dia propriamente da realização do Concurso;

7.1.4. Após o término do Concurso, todas as instalações deverão ser mantidas e limpas pelos militares que trabalharão na CAF.

7.2. O prazo de execução dos serviços será de dia 7 e 8 de outubro de 2023, com início do treinamento no dia 07 OUT 23 e o término dos eventos no dia 07 OUT 23, após todos os fiscais e aplicadores de prova entregarem todo o material utilizado durante o Concurso.

## **8. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS**

*8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os locais (salas de aulas), equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:*

*8.1.1. Disponibilizar um total de 55 (cinquenta e cinco) salas de aula para a realização do Concurso e apoio da Comissão da CAF ESA/2023.*

*8.1.2. O fornecimento de água e energia elétrica é a cargo da Contratada, e todos os gastos já devem estar incluídos no valor da locação.*

*8.1.3. Os gastos com apoio de funcionários da instituição educacional nas áreas elétricas, internet, dentre outros, devem estar inseridos na proposta a ser ofertada pelo participante.*

## **9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

9.1. Receber o imóvel no um dia antes do concurso conforme condições estabelecidas neste PB.

9.2. Verificar minuciosamente as instalações quanto a possíveis alterações no imóvel, algum equipamento danificado, luzes em pleno funcionamento, banheiros em pleno funcionamento, sistema elétrico funcionando.

9.3. Comunicar a contratada qualquer anormalidade ocorrida no fornecimento do objeto diligenciando para que as irregularidades ou falhas apontadas sejam plenamente corrigidas.

9.4. Acompanhar e fiscalizar antes, durante e no fim do concurso, todas as instalações e ambientes da faculdade ou escola por meio de militares especialmente designados para este fim, na forma prevista na Lei nº 14.133/2021; procedendo ao atesto das respectivas notas fiscais/faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias, sendo permitida a contratação de terceiros para assisti-lo e subsidiá-lo de informações pertinentes a essa atribuição.

9.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste PB.

9.6. A administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do Termo de Contrato, bem

como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

9.7. Notificar, por escrito, a Contratada quando houver eventual aplicação de penalidades, garantindo-lhe o direito ao contraditório e a ampla defesa.

9.8. Responder pelas consequências de suas ações ou omissões.

*9.9. Permitir o acesso dos empregados da Contratada às instalações do Contratante para o cumprimento das rotinas de entrega e instalação, desde que tenham sido credenciados pelo Contratante e exclusivamente para entrega dos produtos elencados neste PB.*

*9.10. Assegurar que o ambiente de trabalho, inclusive seus equipamentos e instalações, apresentem condições adequadas ao cumprimento, pela contratada, das normas de segurança e saúde no trabalho, quando o serviço for executado em suas dependências, ou em local por ela designado.*

## **10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

10.1. Cumprir todas as obrigações constantes desde PB, do edital e seus anexos, e sua proposta comercial, assumindo exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

10.2. Assinar o Termo de Contrato quando acionada e condições previstas no edital da Chamada Pública.

10.3. Efetuar a entrega das salas de aula e demais ambientes em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes neste PB e Edital.

10.4. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078/1990).

10.5. Comunicar qualquer alteração ou problema durante a locação, informar aos integrantes da CAF e imediatamente ao Presidente da CAF ESA/2023.

10.6. Honrar sua proposta de preço e manter as condições habilitatórias conforme legislação em vigor.

10.7. Indicar preposto para representá-la durante o período de locação do imóvel.

10.8. Sujeitar-se à fiscalização do Presidente da CAF e seus auxiliares quanto ao acompanhamento do cumprimento das obrigações pactuadas, prestando-lhe todos os esclarecimentos solicitados, bem como atendendo as reclamações consideradas procedentes.

10.9. Responder por perdas e danos que vir a sofrer a Organização Militar ou terceiros, em razão de sua ação ou omissão, dolorosa ou culposa, independentemente de outras

cominações contratuais ou legais a que estiver sujeito, garantindo o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação aplicável.

**10.10. Assumir o ônus decorrente de todas as despesas, tributos, contribuições, seguros e demais encargos inerentes à locação do imóvel.**

## **11. DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será permitido a subcontratação do objeto.

## **12. ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

12.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

## **13. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

13.1. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei nº 14.133/2021.

13.2. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso.

13.3. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.4. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto na Lei nº 14.133/2021.

13.5. As atividades de gestão e fiscalização da execução contratual devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do Contrato.

13.6. A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto.

13.7. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

13.8. O fiscal técnico deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.9. Em hipótese alguma, será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

13.10. A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

13.11. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas neste Termo de Referência.

13.12. O fiscal técnico poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

13.13. As disposições previstas nesta cláusula não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES/MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação.

13.14. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

## **14. DOS CRITÉRIOS DE AFERIÇÃO E MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO**

14.1. Não se aplica ao presente caso por se tratar de uma locação de imóvel.

## **15. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO**

15.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura deve ser precedida do recebimento definitivo dos serviços, nos termos abaixo.

15.2. No prazo de até 5 (*cinco*) dias corridos do adimplemento da parcela, a CONTRATADA deverá entregar toda a documentação comprobatória do cumprimento da obrigação contratual.

## **16. FORMAS DE PAGAMENTO**

16.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados a partir data final do período de adimplemento a que se referir, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, mediante apresentação de documento fiscal correspondente ao fornecimento efetuado, ou boleto bancário da entidade educacional.

16.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente na nota fiscal ou boleto apresentado.

16.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal, ou boleto bancário, ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.4. Na hipótese de pagamento por meio de organizações fornecedoras, os custos operacionais de transporte, armazenamento, beneficiamento ou processamento poderão ser deduzidos do valor a ser pago aos beneficiários fornecedores, desde que previamente acordados com estes beneficiários (art. 13, Decreto nº 7.775/2012).

## **17. REAJUSTE**

17.1. Não se aplica ao presente objeto.

## **18. GARANTIA DA EXECUÇÃO**

*18.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:*

*18.1.1. Pela baixa complexidade do objeto;*

*18.1.2. Pelo valor de pequeno vulto do objeto; e*

*18.1.3. Por se tratar de uma locação de imóvel por apenas 2 (dois) dias para a realização do Concurso da ESA.*

## **19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

19.1. As sanções administrativas são as previstas na Lei nº 14.133/2021 e na Lei nº 9.784/1999.



## **20. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

20.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

20.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

## **21. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

21.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

- 2023NC000449, de 27 de junho de 2023;
- PTRES: 171502;
- FONTE: 0150000142;
- ND: 339039;
- UGR: 167503;
- PI: C1ENCONDETM;
- VALOR R\$ 24.838,00; e
- DIRETORIA: DECEX/DTMIL

## **22. NECESSIDADE DE VISTORIA**

22.1. O local supostamente a ser locado será visitado pelo Presidente da CAF e seus auxiliares. A Comissão vai avaliar se realmente existem salas suficientes e nas quantidades informadas no item 01 do Edital da Chamada Pública.

Juiz de Fora/MG, 29 de junho de 2023.

**RODRIGO DE PAULA FERREIRA – Ten Cel**

Presidente da CAF/ESA/2023

Aprovo o presente Projeto Básico de acordo com o Inciso II do Artigo 14 do Decreto nº 10.024/2019:

**UBIRAJARA PANIZZI DE SOUZA – Cel**

Ordenador de Despesas da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha

# Estudo Técnico Preliminar 124/2023

## 1. Informações Básicas

Número do processo: 64301.007680/2023-85

## 2. Descrição da necessidade

- 2.1. O objeto do presente processo é a locação de imóvel com salas de aula para apoio ao Concurso de Admissão da Escola de Sargentos das Armas (ESA) a ser realizado no corrente ano na cidade de Juiz de Fora /MG.
- 2.2. Preliminarmente, tem-se que a regra geral estatuída em nossa Constituição Federal, artigo 37, inciso XXI, é a da obrigatoriedade de realização de procedimento licitatório para as contratações feitas pelo Poder Público. No entanto, este dispositivo constitucional reconhece a existência de exceções à regra, ressaltando os casos em que a licitação poderá deixar de ser realizada, autorizando a Administração Pública a celebrar, de forma discricionária, contratações diretas, sem a concretização de certame licitatório. Assim tais exceções se consubstanciam em duas variáveis, quais sejam, dispensa de licitação ou inexigibilidade.
- 2.3. Justifica-se pela necessidade de contratação de serviço de locação de salas de aula para a realização do **Concurso de Admissão da Escola de Sargentos das Armas (ESA) 2023/2024**, de modo que o concurso seja realizado de forma segura, na data pretendida e utilizando instalações adequadas às necessidades planejadas.
- 2.4. A Escola de Sargentos das Armas (ESA) é o Estabelecimento de Ensino de Nível Superior (Tecnólogo) do Exército Brasileiro responsável pela formação de Sargentos Combatentes de Carreira das Armas, Quadro e Serviço. A formação profissional do Sargento Combatente de Exército é a razão de ser da Escola. Ao final do curso, o concludente é declarado 3º Sargento de Carreira Combatente do Exército Brasileiro e ocupará os cargos previstos nos Quadro de Organização da Força Terrestre.
- 2.5. Este concurso abrange cerca de 45 (quarenta e cinco) locais de exame, as chamadas Organizações Militares Sede de Exame (OMSE), que estão espalhados por todo território nacional.
- 2.6. Na guarnição de Juiz de Fora está prevista a inscrição estimada de 2.600 (dois mil e seiscentos) candidatos, podendo sofrer alterações quanto ao número de candidatos.

## 3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Presidente da CAF	RODRIGO DE PAULA FERREIRA - TC
Adjunto do Presidente da CAF	DEIVISON JORGE RODRIGUES DOS REIS - MAJ

## 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

- 4.1. Para que o presente serviço seja contratado, existem requisitos mínimos para sua satisfação, como a preservação das medidas de segurança para a realização do concurso.
- 4.2. A contratação também requer que a Comissão de Aplicação e Fiscalização (CAF) planeje de forma adequada a disposição das salas de aula que serão utilizadas durante o concurso.
- 4.3. As salas de aula/auditório/biblioteca deverão ser suficientes para atender ao número de 2.600 candidatos, aproximadamente, contendo carteiras escolares, mesa e cadeira para aplicador de prova, quadro branco, iluminação e sistema de ventilação, com fácil acesso a banheiros masculino e feminino e bebedouro, localizados no mesmo pavimento; mínimo de 4 (quatro) salas para estrutura de apoio administrativo, composta

pelo Centro de Coordenação, Enfermaria e Segurança; área de estacionamento para veículos leves e viaturas; espaço a ser utilizado como refeitório. É impositivo que os espaços pleiteados estejam localizados no mesmo complexo estudantil, possibilitando o controle do fluxo de candidatos por apenas um acesso de entrada/saída. Conceder acesso à internet, para funcionamento do Centro de Coordenação.

4.4.A instituição locada deverá disponibilizar um colaborador capacitado para solucionar eventuais problemas elétricos no estabelecimento e ainda, ter acesso às dependências necessárias para aplicação do certame.

## 5. Levantamento de Mercado

5.1 A Instrução Normativa nº 73, de 5 de agosto de 2020, que disciplina a orçamentação nos processos licitatórios, prevê variadas possibilidades de levantamento de mercado. No presente caso, como será aberto a Chamada Pública para que seja recebido as propostas dos possíveis participantes interessados em realizar a locação de suas instalações. Serão utilizadas as contratações realizadas em 2021 e 2022, de forma a termos uma direção quanto ao valor da locação para o corrente ano.

5.2. O Valor estimado para a locação das salas de aulas é de R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

## 6. Descrição da solução como um todo

**6.1 Benefícios Esperados:** Com a locação do imóvel com salas de aula será viabilizada a realização do **Concurso de Admissão na Escola de Sargentos das Armas 2023/2024** aos candidatos inscritos na Sede /Exame de Juiz de Fora/MG.

**6.2 Alinhamento em relação às necessidades:** Os procedimentos administrativos praticados nas Organizações Militares (OM) do Exército seguem os preceitos da administração federal que, devido ao seu volume e diversidade, requerem a disponibilização de recursos muitas vezes não disponíveis nas unidades operacionais. Esses recursos, que incluem, entre outros, recursos humanos, técnicos e administrativos, através do Programa de Racionalização Administrativa das Organizações Militares, são atualmente centralizados em Bases Administrativas, evitando o desvio dos recursos operacionais para atividades administrativas e, assim, preservando o preparo da tropa e a sua capacidade de pronta resposta.

**6.3 Relação entre a demanda prevista e a quantidade dos bens e/ou serviços a serem contratados:** A locação das salas de aulas destina-se única e exclusivamente ao atendimento da demanda de candidatos e a necessidade de instalações destina a coordenação do concurso. Tal locação será para um dia. Haverá no dia anterior um treinamento de toda a CAF e militares empregados no concurso, se possível, bem como a preparação de todas as salas de aula onde ocorrerá o evento.

## 7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

ITEM	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE
	<b>a) Sala de Apoio à Comissão de Aplicação e Fiscalização(CAF)</b>  Sala com capacidade para acolher até 40 militares, integrantes da CAF, com acesso à internet, computador, impressora e que possibilite a guarda de material de apoio.		
	<b>b) Sala de Apoio Médico</b>  Instalação que permita a instalação de equipamentos básicos de atendimento médico.		
	<b>c) Auditório</b>		

1	<p>Instalação que permita a reunião de aproximadamente 100 (cem) militares integrantes da CAF.</p> <p><b>d) Salas de Aula para a realização das provas</b></p> <p>- 41 (quarenta e uma) salas de aula com 50 (cinquenta) carteiras (lugares);</p> <p>- 05 (cinco) salas de aula com 40 (quarenta) carteiras (lugares);</p> <p>- 03 (três) salas de aula com 100 (cem) carteiras (lugares);</p> <p>01 (uma) sala de aula com 65 (sessenta e cinco) carteiras (lugares); e</p> <p>01 (uma) sala de aula com 25 (vinte e cinco) carteiras (lugares); perfazendo o total de 51 (cinquenta e uma) salas de aula para atender o total de 2.630 (dois mil, seiscentos e trinta) candidatos.</p> <p><b><u>e) A unidade escolar deverá disponibilizar um responsável pela unidade e um eletricista/bombeiro hidráulico que ficará a disposição do Presidente da CAF. Os custos das diárias dos profissionais deverão ser incluídos no valor da locação.</u></b></p> <p><b>OBS:</b> As carteiras deverão ter um espaço de no mínimo 1 metro entre elas.</p> <p>Total aproximado de 2.630 candidatos.</p>	Serviço	01
---	--	---------	----

## 8. Estimativa do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 9.032,00

8.1. O valor estimado para contratação da Unidade Escolar para locação de Imóvel objetivando sediar o Concurso para Admissão na Escola de Sargentos das Armas (ESA) no ano de 2023 foi baseada nas contratações realizadas nos anos anteriores, e dessa forma, tem-se o valor estimativo de R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

## 9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. O presente objeto está fundamentado na Lei nº 14.133/2021, bem como nas demais normas vigentes que regulam as licitações e processos administrativos no âmbito da Administração Pública Federal.

9.2. A contratação da locação do imóvel será realizada conforme a demanda apresentada pelo Presidente da CAF, não cabendo o parcelamento da solução, pois locação será por um dia da instituição educacional para sediar o concurso da ESA no corrente ano.

## 10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. A contratação através do Pregão Eletrônico SRP atualmente não é mais econômica, pelo fato de que existirá uma terceirização para a realização da locação do imóvel. Prova disso, que alguns concursos realizados pelo Brasil, os preços de locação foram bem mais elevados e com isso tornaram-se não vantajosos para a administração. Ainda cabe ressaltar que as instituições de ensino não participam dos pregões eletrônicos, ficando notório a terceirização dos serviços por parte de outros tipos de empresas que simplesmente buscam na cidade um local adequado para que seja feito a locação.

10.2. Conforme nos anos anteriores, o Chamamento Público é feito depois da verificação junto a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, a Universidade Federal de Juiz de Fora e a Superintendência do Patrimônio da União em Minas Gerais, os quais informaram que os estabelecimentos sob sua responsabilidade não atendem as demandas de um concurso desse vulto. Portanto, os órgãos acima são consultados para que seja verificado a possibilidade de possuir e ceder um imóvel público para a realização do concurso.

10.3. Diante dessa situação, não resta à administração outra hipótese a não ser realizar a Chamada Pública junto às instituições privadas de ensino de Juiz de Fora/MG que supostamente atenderiam as demandas e as peculiaridades da realização do presente concurso.

## 11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

**11.1 Alinhamento em relação às necessidades:** Os procedimentos administrativos praticados nas Organizações Militares (OM) do Exército seguem os preceitos da administração federal que, devido ao seu volume e diversidade, requerem a disponibilização de recursos muitas vezes não disponíveis nas unidades operacionais. Esses recursos, que incluem, entre outros, recursos humanos, técnicos e administrativos, através do Programa de Racionalização Administrativa das Organizações Militares, são atualmente centralizados em Bases Administrativas, evitando o desvio dos recursos operacionais para atividades administrativas e, assim, preservando o preparo da tropa e a sua capacidade de pronta resposta.

**11.2 Relação entre a demanda prevista e a quantidade dos bens e/ou serviços a serem contratados:** A locação das salas de aulas destina-se única e exclusivamente ao atendimento da demanda de candidatos e a necessidade de instalações destina a coordenação do concurso. Tal locação será para um dia. Haverá no dia anterior um treinamento de toda a CAF e militares empregados no concurso, se possível, bem como a preparação de todas as salas de aula onde ocorrerá o evento.

## 12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

**12.1 Benefícios Esperados:** Com a locação do imóvel com salas de aula será viabilizada a realização do **Concurso de Admissão na Escola de Sargentos das Armas (ESA)** aos candidatos inscritos na Sede /Exame de Juiz de Fora/MG no corrente ano. O concurso será realizado com segurança e em local apropriado para o mesmo.

12.2. A utilização de faculdades localizadas em Juiz de Fora/MG, atendem perfeitamente todas as necessidades para a realização do concurso.

## 13. Providências a serem Adotadas

13.1 A unidade escolar deverá disponibilizar:

**13.1.1 Uma Sala de Apoio à Comissão de Aplicação e Fiscalização(CAF):** Sala com capacidade para acolher até 40 militares, integrantes da CAF, com acesso à internet, computador, impressora e que possibilite a guarda de material de apoio.

**13.1.2 Uma Sala de Apoio Médico:** Instalação que permita a instalação de equipamentos básicos de atendimento médico.

**13.1.3 Auditório:** Instalação que permita a reunião de aproximadamente 100 (cem) militares integrantes da CAF.

**13.1.4 Salas de Aula para a realização das provas:** 41 (quarenta e uma) salas de aula com 50 (cinquenta) carteiras (lugares); 05 (cinco) salas de aula com 40 (quarenta) carteiras (lugares); 03 (três) salas de aula com 100 (cem) carteiras (lugares); 01 (uma) sala de aula com 65 (sessenta e cinco) carteiras (lugares); e 01 (uma) sala de aula com 25 (vinte e cinco) carteiras

(lugares); perfazendo o total de 51 (cinquenta e uma) salas de aula para atender o total de 2.630 (dois mil, seiscentos e trinta) candidatos.

## 14. Possíveis Impactos Ambientais

**14.1 Sem ruídos excessivos**, estando afastado de ruas movimentadas, igrejas, clubes, bares com música ao vivo, etc.

**14.2 Iluminação**, em salas convenientemente iluminadas, observando-se a possibilidade de realização da prova com iluminação natural em caso de falta de energia.

**14.3 Climatização**, nas guarnições de exame com previsão de forte calor para o período dos Exames, as salas possuem ventilação ou climatização adequada.

14.4. Todo o lixo produzido pela realização do concurso será recolhido e conduzido para o descarte em local apropriado e destinado para tal situação. Há pouco impacto ambiental a realização do presente concurso.

## 15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

### 15.1. Justificativa da Viabilidade

A Equipe de Contratação declara que é viável a realização da locação do imóvel para a realização do concurso da ESA no ano de 2023.

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**RODRIGO DE PAULA FERREIRA - TEN CEL**

Agente de contratação

**DEIVISON JORGE RODRIGUES DOS REIS - MAJ**

Membro da comissão de contratação

Despacho: Aprovo o presente Estudo Técnico Digital - ETP Digital:

**UBIRAJARA PANIZZI DE SOUZA - CEL**

Autoridade competente

## ANEXO I – MINUTA DO CONTRATO



### TERMO DE CONTRATO – CONTRATAÇÃO DIRETA (LEI Nº 14.133/21) PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS SEM DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº ...../.....,  
QUE FAZEM ENTRE SI A UNIÃO, POR  
INTERMÉDIO DO (A)  
..... E A  
EMPRESA .....  
...

A União, por intermédio do Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, com sede na Rua Mariano Procópio, nº 970, Bairro Mariano Procópio, na cidade de Juiz de Fora – MG, CEP: 36035-780, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 09.595.886/0001-38, neste ato representado pelo UBIRAJARA PANIZZI DE SOUZA, Coronel do Exército Brasileiro, Ordenador de Despesas do Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, nomeado pelo Boletim Interno nº 30/2021, de 12 de fevereiro de 2021/Cmdo 4ª Bda Inf L Mth, portador da Matrícula Funcional nº ....., doravante denominado CONTRATANTE, e o(a) ..... inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº ....., sediado(a) na ....., em ..... doravante designado CONTRATADO, neste ato representada por ..... (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa OU procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 64301.007680/2023-85 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 2021 e da Instrução Normativa SEGES/ME nº 75, de 2021, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Dispensa de Licitação/da Inexigibilidade de Licitação n. ..../....., mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

#### 1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de locação de imóvel situado no endereço ....., bairro ....., no Município de Juiz de Fora/MG, objeto da matrícula nº ....., do .....º Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Juiz de Fora/MG, para sediar o Concurso de Admissão aos Cursos de Formação e Graduação de Sargentos 2023/2024 que será aplicada pela Comissão de Aplicação e Fiscalização (CAF/2022), nas condições estabelecidas no Projeto Básico.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1						

1.3. São anexos a este instrumento e vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:



- 1.3.1. O Projeto Básico que embasou a contratação;
- 1.3.2. O Edital de Licitação, a Autorização de Contratação Direta e/ou o Aviso de Dispensa Eletrônica, caso existentes;
- 1.3.3. A Proposta do Contratado; e
- 1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.**

2.1. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ....., improrrogável, na forma do art. 75, VIII da Lei nº 14.133/2021.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e VIII)**

3.1. O regime de execução contratual, o modelo de gestão, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento definitivo constam no Projeto Básico, anexo a este Contrato.

## **4. CLÁUSULA QUARTA - SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

### **5.1. PREÇO**

5.1.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)

5.1.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

### **5.2. FORMA DE PAGAMENTO**

5.2.1. O pagamento será realizado através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

5.2.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

### **5.3. PRAZO DE PAGAMENTO**

5.3.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.

5.3.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

5.3.3. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA/IBGE de correção monetária.

#### 5.4. CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

5.4.1. A emissão da Nota Fiscal/Fatura ou boleto bancário, será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento e/ou no Termo de Referência.

5.4.2. Quando houver glosa parcial do objeto, o contratante deverá comunicar a empresa para que emita a nota fiscal ou boleto bancário, ou fatura com o valor exato dimensionado.

5.4.3. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura, ou boleto bancário apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

5.4.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura/Boleto Bancário, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que o contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para o contratante;

5.4.5. A Nota Fiscal ou Fatura, ou Boleto Bancário deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta *on-line* ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.

5.4.6. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

5.4.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

5.4.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

5.4.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

5.4.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

5.4.11. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

5.4.11.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.4.12. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **5.5. CESSÃO DE CRÉDITO**

5.5.1. É admitida a cessão fiduciária de direitos creditícios com instituição financeira, nos termos e de acordo com os procedimentos previstos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 53, de 8 de Julho de 2020, conforme as regras deste presente tópico.

5.5.1.1. *As cessões de crédito não fiduciárias dependerão de prévia aprovação do contratante.*

5.5.2. A cessão de crédito, de qualquer natureza, a ser feita mediante celebração de termo aditivo, dependerá de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista da cessionária, bem como da certificação de que a cessionária não se encontra impedida de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

5.5.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (contratada) pela execução do objeto contratual, com o desconto de eventuais multas, glosas e prejuízos causados à Administração, sem prejuízo da utilização de institutos tais como os da conta vinculada e do pagamento direto previstos na IN SEGES/ME nº 5, de 2017, caso aplicáveis.

### **6. CLÁUSULA SEXTA - REAJUSTE (art. 92, V)**

6.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis.

### **7. CLÁUSULA SÉTIMA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

7.1. São obrigações do Contratante:

7.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

7.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Projeto Básico;

7.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

7.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

7.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

7.1.6. Aplicar ao Contratado sanções motivadas pela inexecução total ou parcial do Contrato;

7.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

7.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

7.1.8.1. Concluída a instrução do requerimento, a Administração terá o prazo de 10 (dez) dias para decidir, admitida a prorrogação motivada por igual período.

7.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

8.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato, em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

8.1.1. Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato.

8.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II);

8.1.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida no edital, o valor correspondente aos danos sofridos;

8.1.4. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do contratante ou do Fiscal ou Gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

8.1.5. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, a empresa contratada deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

8.1.6. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.

8.1.7. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.

8.1.8. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

8.1.9. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato.

8.1.10. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

8.1.11. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

8.1.12. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

8.1.13. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

8.1.14. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.15. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

8.1.16. Entregar o imóvel em perfeitas condições de uso para os fins a que se destina, e em estrita observância das especificações de sua proposta;

8.1.17. Fornecer declaração atestando que não pesa sobre o imóvel qualquer impedimento de ordem jurídica capaz de colocar em risco a locação, ou, caso exista algum impedimento, prestar os esclarecimentos cabíveis, inclusive com a juntada da documentação pertinente, para fins de avaliação por parte da CONTRATANTE;

8.1.18. Garantir, durante o tempo da locação, o uso pacífico do imóvel;

8.1.19. Manter, durante a locação, a forma e o destino do imóvel;

8.1.20. Responder pelos vícios ou defeitos anteriores à locação;

8.1.21. Auxiliar a CONTRATANTE na descrição minuciosa do estado do imóvel, quando da realização da vistoria;

8.1.22. Fornecer à CONTRATANTE recibo discriminando as importâncias pagas, vedada a quitação genérica;

8.1.23. Pagar as taxas de administração imobiliária, se houver, e de intermediações, nestas compreendidas as despesas necessárias à aferição da idoneidade do pretendente;

8.1.24. Entregar, em perfeito estado de funcionamento, os sistemas de condicionadores de ar, combate a incêndio, bem como o sistema hidráulico e a rede elétrica;

8.1.25. Informar à CONTRATANTE quaisquer alterações na titularidade do imóvel, inclusive com a apresentação da documentação correspondente.

## 9. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)

9.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

## 10. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou execução do contrato;
- i) fraudar a contratação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da contratação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

10.2. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas b, c, d, e, f e g do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §4º, da Lei);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas h, i, j, k e l do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas b, c, d, e, f e g, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei).
- iv) **Multa**:

- (1) moratória de 0,05% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
- (2) compensatória de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;

10.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Contratante (art. 156, §9º)

10.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º).

10.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157)

10.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º).

10.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

10.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

10.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º) :

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.7. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159)

10.8. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160)

10.9. O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161)

10.10. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

11.1. *O contrato se extingue quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.*

11.2. O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da NLLC, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

11.2.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

11.2.2. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

11.2.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

11.3. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.3.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.3.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.3.3. Indenizações e multas.

#### **12. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

12.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 00001/167111

II. Fonte de Recursos: 1050000142

III. Programa de Trabalho: 171502

IV. Elemento de Despesa: 339039

V. Plano Interno: C1ENCONDETM

VI. Nota de Empenho: a ser confeccionar.

#### **13. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

13.1. Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.245, de 1991 e na Lei nº 14.133, de 2021, além das demais normas aplicáveis de forma subsidiária.

#### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

14.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

14.2. O CONTRATADO é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

14.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do termo de contrato.



14.4. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **15. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento nos termos e condições previstas na Lei nº 14.133/21.

#### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – FORO (art. 92, §1º)**

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal em Juiz de Fora/MG, Seção Judiciária da mesma cidade para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º da Lei nº 14.133/21.

....., ..... de..... de 2023.

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATANTE

\_\_\_\_\_  
Representante legal do CONTRATADO

#### **TESTEMUNHAS:**

1-

2-

## ANEXO II - MODELO DE PROPOSTA

Ao Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha  
Rua Mariano Procópio, nº 970 – Bairro Mariano Procópio – Juiz de Fora/MG  
CEP: 36.035-780

Apresentamos ao Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha a proposta em obediência ao Edital de Chamamento Público nº 003/2023-DALC, com vistas à prospecção do mercado imobiliário em Juiz de Fora/MG, para futura locação de imóvel para sediar o Concurso de Admissão aos Cursos de Formação e Graduação de Sargentos 2023/2024, nos seguintes termos:

- a) dados do imóvel: xxxxx ;
- b) prazo de entrega do imóvel em funcionamento e com todas as adaptações necessárias: 05 (cinco) dias, a contar da assinatura do Contrato;
- c) valor do aluguel: R\$ ( );
- d) Data do uso: Dias 08/10/2023.
- e) Treinamento e preparação: dia 07/10/2023.

Declaramos que:

- a) o imóvel ofertado estará disponível ao Comando da 4ª Brigada Infantaria Leve de Montanha conforme previsto no Edital de Chamamento Público e nesta proposta comercial em até 10 (dez) dias a contar da data de assinatura do contrato;
- b) nos preços cotados acima estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, energia elétrica, água/esgoto, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.

Validade da proposta: **60 (sessenta) dias.**

Item	Descrição dos Serviços	QUANT	PREÇO TOTAL LOCAÇÃO
1	Locação de imóvel com: 41 (quarenta e uma) salas de aula com 50 (cinquenta) carteiras (lugares); 05 (cinco) salas de aula com 40 (quarenta) carteiras (lugares); 03 (três) salas de aula com 100 (cem) carteiras (lugares); 01 (uma) sala de aula com 65 (sessenta e cinco) carteiras (lugares); e 01 (uma) sala de aula com 25 (vinte e cinco) carteiras (lugares); 04 (quatro) Salas de Apoio a equipe da CAF e de Saúde, perfazendo o total de 55 (cinquenta e cinco) salas de aula para atender o total de 2.600 (dois	01	R\$ _____

	mil e seiscentos) candidatos aproximadamente.		
	<b>OBS:</b> As carteiras deverão ter um espaço de 1 metro entre elas.		

Dados da empresa:

Razão Social

CNPJ (MF) nº:

Inscrição Estadual nº:

Inscrição Distrital nº:

Endereço:

Cidade:

UF:

Telefone(s):

Endereço Eletrônico:

Banco:

Agência:

Conta Corrente:

Dados do Representante para fim de apresentação da proposta e assinatura do contrato:

Nome:

CPF:

Cargo/Função:

Carteira de Identidade:

Expedido por:

Nacionalidade:

Estado Civil:

Endereço:

Telefone:

Local, data e assinatura.

**NOME COMPLETO XXXXXXXX**

IDT N°

**\*\* se possível colocar no papel timbrado da entidade de ensino \*\***

**\*\* Modelo apenas para sugestão e orientação aos interessados \*\***

### **ANEXO III – MODELO CREDENCIAL**

**Ao Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha**  
**Rua Mariano Procópio, nº 970 – Bairro Mariano Procópio – Juiz de Fora/MG**  
**CEP: 36.035-780**

O(A) (pessoa física ou jurídica), com endereço no(a) , CPF (CNPJ) nº , pelo seu representante legal abaixo assinado (se for o caso), vem credenciar o(a) senhor(a) , portador(a) da cédula de identidade nº , da , e do CPF nº , para, na qualidade de representante legal, entregar proposta para o Edital de Chamamento Público, instaurado pelo Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha, que tem por objeto a prospecção do mercado imobiliário em Juiz de Fora/MG, com vistas à futura locação de imóvel para sediar o Concurso de Admissão aos Cursos de Formação e Graduação de Sargentos 2023/2024, outorgando-lhe poderes para, em nome da empresa praticar os atos constantes do referido Edital.

Local, data

Assinatura  
Nome completo  
Função

**ANEXO IV - MODELO DE TERMO DE ACORDO (TRIBUTOS E ENCARGOS  
ACESSÓRIOS)**

**Ao Comando da 4ª Brigada de Infantaria Leve de Montanha**  
**Rua Mariano Procópio, nº 970 – Bairro Mariano Procópio – Juiz de Fora/MG**  
**CEP: 36.035-780**

O(A) (pessoa física ou jurídica), com endereço no(a), CPF (CNPJ) nº xxxxxxxx, pelo seu representante legal abaixo assinado (se for o caso), vem por meio deste, anuir com o proposto por este Comando, quanto à não incidência do pagamento destacado de quaisquer tributos e aos encargos acessórios incidentes sobre o imóvel, sito (endereço do imóvel objeto da locação), de minha propriedade, ficando assim, sob minha responsabilidade a quitação dos referidos tributos e encargos acessórios, sobre este bem.

Local, data

Assinatura.

## ANEXO V

### DECLARAÇÃO REFERENTE AO EMPREGO DE MENORES

#### EMPREGADOR PESSOA JURÍDICA CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2023

....., inscrito no CNPJ nº....., por intermédio de seu representante legal o (a) Sr (a)....., portador (a) da Carteira de Identidade nº..... e do CPF nº ....., DECLARA, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos, salvo menor a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz nos termos do inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal.

.....

(data)

.....

(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

----- OU -----

#### EMPREGADOR PESSOA FÍSICA CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2022

....., portador (a) da Carteira de Identidade nº .....e do CPF nº....., DECLARA, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: Emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ( ).

.....

(data)

.....

(nome)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)